



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE

“Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento”

-----Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, no auditório do edifício dos paços do concelho, salão nobre da câmara municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e quatro minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão extraordinária, com o objetivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – ARU CINCO. -----

PONTO DOIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALMEIRIM PARA A ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DOS TERRENOS ABRANGIDOS PELO CENTRO DE TRATAMENTO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA RAPOSA, BEM COMO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS A ADOTAR. -----

PONTO TRÊS - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA SUBMISSÃO DA CANDIDATURA DE “MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA”, A APRESENTAR NO DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, AVISO NÚMERO ALT. 20-03-2017-27, PARA EFEITOS DE APROVAÇÃO POR SE TRATAR DE SUBSÍDIO REEMBOLSÁVEL.

PONTO QUATRO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

PONTO CINCO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ELEVAÇÃO, A DESENCADear AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CCE-CIMLT E A PINTO & CRUZ S.A. -----

PONTO SEIS - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINFEÇÃO E EXTERMINAÇÃO EM ÁREAS URBANAS OU RURAIS, QUE SERÁ DESENCADear APÓS A CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PELA CCE-CIMLT E AO FORNECEDOR AQUE VIER A SER ADJUDICADO. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PERIODO DA-ORDEM-DO-DIA

(Artigo décimo oitavo, número um do Regimento)

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo senhor presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, conjugado com o número um, alínea b) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (presidente da mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal); Teresa Isabel Almeida Filipe (segundo secretário da mesa da Assembleia Municipal); Manuel Bastos Martins; Helena Maria Martinho Lopes Cláudio; Gustavo Gaudêncio da Costa; Alfredo da Silva Trindade; José Manuel Coutinho Lopes; Nuno Miguel Silva Pinhão Dâmaso Fazenda; Rui Manuel de Oliveira Pinto Pires; Cláudia Raquel Landeiro Raposo Pina Nunes; João Bernardo Torcato de Sá e Seixas; António Manuel da Cruz Martins; Rui Manuel Pacheco Jorge da Neta; Carla Marina Sousa de Jesus Silva; Domingos Manuel Monteiro Martins; Pedro André Marques Rodrigues; Eduardo Fernando Alagoa A. Rodrigues; Marta Cristina Ferreira Martins; Paulo Rui Marques Olivença de Almeida; Helena Isabel Pereira da Silva Gerardo; João Manuel Fulgêncio Pisco Apolinário (Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Manuel de Deus Catalão (presidente da Junta de Almeirim); Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro (presidente de Junta da Raposa); Cândida Isabel Conceição Lopes (presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do executivo municipal o senhor Pedro Miguel César Ribeiro (Presidente da Câmara Municipal); Paulo Vladimiro Santana Caetano (vice-presidente), Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (vereadora); Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues (vereador); Eurico Manuel Lopes Henriques (vereador) e Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (vereadora).

----- Não há registo de faltas.-----
----- Sendo vinte e uma horas e quatro minutos, declarou o senhor presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão extraordinária de dezembro de dois mil e dezassete. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Boa noite a todo o executivo municipal, deputados municipais e público presente. Existe quórum na Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão extraordinária de vinte e oito de dezembro de dois mil e dezassete. -----

----- Estão presentes os vinte e cinco membros que compõem esta Assembleia. Ou seja, vinte elementos do grupo do PS, três do grupo da CDU, e dois da coligação INOVAR ALMEIRIM (PPD/PSD.MPT). -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Como é do conhecimento de todos os presentes, esta sessão foi convocada, por deliberação do Executivo Municipal. -----

PONTO UM – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – ARU CINCO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Começo por dar a palavra ao Senhor presidente da Câmara para fazer a introdução do primeiro ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Boa noite a todos os presentes. -----
Senhor Presidente está é proposta da Câmara para um conjunto de intervenções que temos previstas para o IVV, com as intervenções que também estão a ser feitas por privados na Praça de Touros. A criação desta nova ARU, tem o objetivo de alavancar e promover o desenvolvimento daquela zona da cidade, da restauração, e da economia local. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos os presentes. -----
A CDU sempre defendeu a reabilitação urbana como forma de preservação das URB's tanto no seu aspeto físico como na capacidade de preservação da vida nos centros urbanos. Sabemos, que fruto de políticas erradas, alias, referido no relatório que acompanha a introdução destas matérias, que no nosso entender está muito bem elaborado. Essas políticas sempre defenderam a nova edificação, em detrimento da reabilitação, e como resultado, o que nós temos hoje, são centros urbanos completamente vazios ou degradados, periferias descaracterizadas, que não convidam à identificação dos seus habitantes, com o seu meio. E nesse sentido, congratulamo-nos que finalmente se comece a dar importância à reabilitação urbana. -----

Fazemos votos para que este processo de reabilitação saiba utilizar esses fundos, e as vantagens oferecidas. Entendemos também que as entidades públicas, neste caso a Câmara de Almeirim tem um papel fundamental, pelo que fazemos votos para que possam atrair os privados a aderirem. Não tenho em mente, mas gostava de ser esclarecido se existe alguma ideia dos processos ou dos projetos que deram entrada por via das aprovações? -----

Esperamos que esta nova fase tenha mais sucesso e fazemos votos para que as condições propostas que apontam nesse sentido resultem. -----

Também é do vosso conhecimento que temos serias reservas à delegação de competências a outras entidades. Todos nos recordamos do triste fim da SRU, que ao fim de três anos, e por imposição legal foi obrigada a encerrar a atividade por sucessivos resultados negativos. Entendemos que a câmara poderia recorrer a estas entidades externas para os apoios em matérias para as quais não tenha capacidade técnica, mas deveria manter as competências no que diz respeito a estratégias,



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

planeamento e ao controlo direto de todo o processo. Da proposta que aqui vem, não nos parece que isso esteja acautelado. -----

Em termos genéricos entendemos que a crescente delegação de competências em vários itens que se tem vindo a assistir podem colocar em causa os interesses de Almeirim e dos Almeirinsenses e esvaziam de sentido em alguns aspetos a génese do poder local. -----

Temos ainda outro aspeto que gostaríamos de referir, que é a criação das ARUS que tem sido criadas de uma forma descontinuada, vão sendo criadas, e não o processo de estratégia global para a reabilitação para a cidade de Almeirim. Esperamos que se comece a entrar num aspeto mais estruturado. -----

Hoje é proposto a criação da ARU CINCO, contudo há uma zona da cidade, para a qual gostaríamos de chamar à atenção, que é a zona da Troia. Esta zona como sabem é uma zona importante de tecido urbano, nos últimos tempos temos assistido a alguma degradação no edificado, basta passar-se em algumas zonas, e abandono crescente por parte da população. Pelo que perguntamos se está previsto desencadear algum processo de reabilitação para esta zona? -----

Concluindo, a CDU defende a reabilitação urbana, mas não acompanha a Câmara na delegação de competências deste processo. -----

Como apontamento final, embora não esteja inserido neste aspeto concreto da ARU que estamos a discutir e avaliar, gostaria de chamar à atenção para um aspeto que se insere nesta questão de reabilitação, que torna estes processos mais amigos do cidadão, que são os acessos à loja do Pingo Doce. Diria que os acessos aquela loja são um exemplo do que não se deve fazer. São confusos. Gostaríamos que envolvidos neste processo, embora a ARU cinco não vá até tão longe, mas chamo à atenção deste aspeto que é urgente rever aquela situação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Por esquecimento não vos dei conhecimento que A Senhora Deputada Maria José Dias foi substituída pelo Deputado Pedro Rodrigues, que saúdo e dou as boas vindas. -----

PEDRO RODRIGUES (Grupo Inovar Almeirim) »» Boa noite a todos os presentes. -----
Eu gostava relativamente a este ponto, referir uma questão muito simples. Fazendo uma breve análise dos últimos anos facilmente conseguimos constatar que o turismo tem vindo a ser um dos motores da economia, e será um dos de mais importantes para os concelhos portugueses. Por isso Almeirim não é exceção nesta matéria. Esta proposta deve ser congratulada por todos nós. Desejamos obviamente para o nosso conselho que a imagem seja trabalhada de forma que nós tenhamos e vamos garantido cada vez mais as condições para recebermos mais visitantes e ao fim ao cabo promovermos o aumento dos visitantes no nosso conselho. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Senhor Presidente, muito obrigado. -----

A SRU não fechou por causas negativas, fechou porque não era o suficiente, embora fizesse de acordo com aqueles critérios das leis das empresas intermunicipais porque houve alguém que também entendeu que as empresas intermunicipais só podiam ser intermunicipais se tivessem um lucro, e se tivessem um conjunto de receitas. E quando há matérias que elas tem de ser autossustentáveis e não tem de ter lucro da forma privada como tem feito, portanto a SRU fez um trabalho fantástico infelizmente nós fechamos a SRU. Passamos essas competências para a comunidade. Nestas matérias as Câmaras são melhores do que a Administração Central. O mesmo sucede com as juntas de freguesia, que são melhores que as Câmaras. E até dizem que as Comunidades desempenham melhor este trabalho do que a Administração Central. Nós presidentes da Câmara, infelizmente não temos regiões e nem podemos passar muitas destas competências para as próprias regiões, nem efetivamente um conjunto de matérias onde ao nível intermunicipal nos dão um conjunto de garantias de eficácia e eficiência..., quando passamos para no nível intermunicipal achamos que perdemos competências, se essas competências forem mal exercidas ou tiverem um custo superior para o cidadão não sei se vale a pena elas estarem nas autarquias. No que diz respeito a questão do Turismo e falando de um projeto que esta a ser desenvolvido por nós há algum tempo a Câmara contratou em dois mil e dezasseis penso eu, ou dois mil e dezassete um arquiteto para fazer um estudo um projeto para toda aquela zona e naturalmente isso foi tido em conta nomeadamente com a questão da restauração que passa por uma requalificação total do espaço que hoje é o parque das Tílias e zona interior do Parque pequeno de estacionamento, junto à bomba de combustível. Passa também pela requalificação do largo junto ao Toucinho e Minhoto, e passa por uma ligação até ao edifício do IVV. Esta requalificação passa muito por aquele espaço ser pedonal garantindo cargas e descargas e estacionamento e circulação para as pessoas tem lá as suas casas... mas numa transformação ao melhor nível, semelhante ao que se faz na cidade e Lisboa, que é claramente um exemplo disto. Este arquiteto foi o responsável por projetos na zona da ribeirinha nomeadamente na Praça do Comercio As ideias temos, penso que com isso podemos contribuir para essa requalificação urbana que também é importante não só do ponto vista estético como naturalmente do ponto de vista economico. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Era só para aprofundar um aspeto. -----

Uma vez que falou da questão do largo do Toucinho, pelo menos aquele traçado, se estou correto, não abrange esta area da SRU? Faz parte? Como se vai integrar?

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Nós não temos projetos para esses largos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Estamos a fazer projetos, para quando um dia existirem oportunidades termos condições para propor e avançar. -----

----- * **Votação do ponto um da ordem de trabalhos** – APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a proposta da Área de Reabilitação Urbana – ARU CINCO, com vinte e dois votos a favor, vinte do grupo do PS e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). Três abstenções, do grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existido declarações de voto, passamos ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO DOIS – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALMEIRIM PARA A ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DOS TERRENOS ABRANGIDOS PELO CENTRO DE TRATAMENTO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA RAPOSA, BEM COMO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS A ADOTAR. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a introdução do ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Temos vindo a desenvolver com a CCDR e as demais entidades as diligências necessárias no sentido criarmos condições para que o Aterro Sanitário de Raposa seja selado. O Próximo passo é realizar um conjunto de ações que tem de ser feitas, de acordo com aquilo que são as reuniões da CCDR há a necessidade desta suspensão parcial do PDM para a seguir tratar finalmente do fecho do aterro. -----

NUNO FAZENDA (Grupo Inovar Almeirim) »» Boa noite a todos. -----

Gostava de fazer um breve apontamento relativo este ponto. Portanto a visão do PDM como todos sabemos já vem há bastantes anos. Este assunto já foi abordado há alguns anos. Em concreto relativamente a isso gostava de fazer duas perguntas. Se no fundo esta suspensão não vem ela por si só também atrasar todo o processo de revisão total do PDM? A outra questão tem a ver com os prazos. Falta falar aqui no documento em dois anos podendo ser prolongado por mais um ano isto provê até a finalização deste prazo. Depois fala aqui nas medidas preventivas que acabam por ser coincidentes com a suspensão. Eu gostaria de saber se já está se já existem alguma coisa? -----

----- * **Votação do ponto dois da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Almeirim para a área de implantação dos terrenos, conforme planta anexa, abrangidos pelo Centro de Tratamento Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Raposa, bem como das medidas preventivas a adotar, com



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU, e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existido declarações de voto, passamos ao o ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO TRÊS - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA SUBMISSÃO DA CANDIDATURA DE “MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA”, A APRESENTAR NO DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, AVISO NÚMERO ALT. 20-03-2017-27, PARA EFEITOS DE APROVAÇÃO POR SE TRATAR DE SUBSÍDIO REEMBOLSÁVEL.

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Boa noite a todos. -----

Descodificar Bruxelas não é tarefa fácil. -----

Nós temos vários fundos comunitários, o FEDER é um deles. Naquilo que diz respeito às Câmaras, o FEDER por norma, tem sido não reembolsável, a que vulgarmente chamamos de “fundo perdido”. O FEDER por norma nas nossas intervenções, nomeadamente obras, é a fundo perdido. No caso concreto da iluminação pública, tendo em conta que há um ganho económico, entendeu Bruxelas, e o Governo de Portugal, na altura, que este FEDER devia ser reembolsável. Nós vamos ter noventa e cinco por cento de fundo comunitário que vai servir para cerca de seis mil luminárias, estamos a falar de uma poupança estimada em duzentos mil euros. Nós temos que devolver por ano setenta por cento dessa poupança até se pagar a Bruxelas dos noventa e cinco por cento do que nos emprestaram. Isto configura um empréstimo, empréstimo este que está excecionado de tudo o que se relaciona com o nosso endividamento...pelo Orçamento de Estado. Como é dívida e cumpre os critérios daquilo que é considerado, dívida pública fundada, tem de ser apreciado pela Assembleia, para depois ser enviado ao Tribunal de Contas. -----

Esta candidatura é uma novidade para as autarquias, pelo que me lembro nunca tivemos um FEDER reembolsável. -----

Este é um investimento importante. Dá-nos a possibilidade de ficar com o Concelho totalmente renovado em termos de luminárias. -----

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» A minha intervenção é apenas para fazer uma pergunta. -----

Gostaria de fazer como é que se desenvolvem estas três fazes? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA»» Está relacionado com aquilo que eles chamam de cortes. Ou seja, os avisos agora são abertos de forma diferente. O aviso está aberto durante um determinado período, que neste caso é de quinze de novembro até trinta de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

abril. Se não existissem cortes de análise, podia acontecer que nós tínhamos seis meses, para cada um se candidatar, podendo correr o risco das candidaturas se acumularem, e só no final é que haviam uma decisão. Assim, com este método “cortes”, quem submete esta candidatura no início, vai haver uma análise, enquanto vão entrando mais candidaturas. Resumindo, este método serve como método de análise intermédio. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto três da ordem de trabalhos – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA**, a proposta submissão da candidatura de “MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA”, a apresentar no Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local, com vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU, e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existido declarações de voto, passamos ao o ponto quatro da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO QUATRO - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. –

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este ponto resulta do anterior e de uma previsão para dois mil e dezassete para a iluminação pública. Não conseguimos executar, porque o assunto não avanço na relação do Estado Português e Bruxelas, nomeadamente sobre estas questões da iluminação, pelo que o assunto em análise, é para retirar a despesa e a receitas das respetivas rubricas, que representa um milhão de euros no orçamento municipal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto quatro da ordem de trabalhos – APROVADO POR MAIORIA E MINUTA**, a proposta da revisão ao orçamento para o ano de dois mil e dezassete, com vinte e três votos a favor, vinte do grupo do PS e três do grupo da CDU. Duas abstenções da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT).-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

NUNO FAZENDA (Grupo Inovar Almeirim) »» A nossa abstenção, é pela razão de não termos acompanhado o anterior orçamento. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais declarações de voto, passamos ao ponto cinco da Ordem de Trabalhos. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este ponto está relacionado com a Central de Compras da CIMLT, é um assunto dos elevadores, para os quais é necessária autorização da Assembleia para os compromissos plurianuais de repartição de encargos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo inscrições para a discussão deste ponto, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto cinco da ordem de trabalhos – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA**, a proposta de autorização prévia de compromisso plurianual e repartição de encargos em mais de um ano económico, no âmbito do procedimento de ajuste direto para Aquisição de serviços de manutenção de instalações de elevação, a desencadear ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela CCE-CIMLT e a Pinto & Cruz S.A, com vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU, e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à apreciação do último ponto da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO SEIS - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINFEÇÃO E EXTERMINAÇÃO EM ÁREAS URBANAS OU RURAIS, QUE SERÁ DESENCADEADO APÓS A CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PELA CCE-CIMLT E AO FORNECEDOR A QUE VIER A SER ADJUDICADO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou agora a palavra ao senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Explicar que estamos a fazer um concurso no âmbito da Comunidade no sentido englobar tudo aquilo que são desinfestações, desratizações, desbaratizações, entre outros serviços. -----

Tratasse de um concurso público, para todos estes serviços. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Gostaria de pedir um pequeno esclarecimento. --- Estamos a votar a autorização prévia de compromisso plurianual e repartição de encargos em mais de um ano económico. De qualquer forma, este compromisso está relacionado com a explicação que nos prestou. Sei que há um caderno de encargos onde estão referidas uma serie de instalações. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Verificamos neste caderno de encargos que não estava a Biblioteca Marquesa de Alorna. A pergunta é para saber se consta ou não deste processo? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Mandei verificar essa situação, mas ainda não me foi dada resposta, mas recebi uma explicação. Se por algum motivo ou lapso nosso a Biblioteca não estiver incluída, o que vai acontecer, é que faremos um ajuste direto simplificado à empresa que ganhar este concurso. Pelo que a Biblioteca não deixará ter as intervenções necessárias, seja de uma maneira ou de outra.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar à votação do último ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- * **Votação do ponto seis da ordem de trabalhos – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA**, a proposta de autorização prévia de compromisso plurianual e repartição de encargos em mais de um ano económico, no âmbito do procedimento de ajuste direto para Aquisição de prestação de serviços de desinfecção e exterminação em áreas urbanas ou rurais, que será desencadeado após a celebração de Acordo Quadro pela CCE-CIMLT e ao fornecedor a que vier a ser adjudicado, com vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU, e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT).-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo declarações de voto, e não havendo inscrições para intervenções no período do público, aproveito para vos desejar uma boa noite. -----

Às vinte e duas horas, do dia vinte e oito de dezembro de dois mil e dezassete, deu-se por encerrada a Sessão, lavrando-se para constar a presente ata, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa. -

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
